

**- LISTA B -**

**TEMOS QUE VOTAR**

Desde há mais de 20 anos que vimos assistindo a ataques continuados por parte de quem nos governa e tem governado, numa clara atitude de menosprezo, esvaziamento e desconsideração pela nossa carreira e tarefas que desempenhamos, com especial destaque para o período Pós-Reforma Judiciária.

O excessivo volume de serviço devido ao não preenchimento dos quadros e o aumento das exigências profissionais que levam as Gestões das Comarcas a autênticos malabarismos para que os serviços funcionem, dão origem a grande sobrecarga de trabalho e de pressão constante sobre os funcionários, que tem como consequência inúmeras situações de baixa por doença, a maior parte de cariz psicológico e psiquiátrico.

O momento atual é terrível para todos nós e não se avizinham ventos de mudança. A gente silingórnica que nos governa parece não estar verdadeiramente interessada no bom funcionamento dos tribunais. Se estivessem de boa fé (ou então não percecionaram a realidade), certamente que já teriam tomado algumas medidas para acautelar o futuro, nomeadamente admissões através de licenciatura adequada, promoções e ingressos de modo gradual, regular e anual, a exemplo do que se faz para as magistraturas.

Enquanto a situação se vai degradando (recordemos que daqui a três ou quatro anos reformar-se-ão cerca de 40% dos oficiais de justiça), vão empurrando com a barriga, com desculpas e atitudes enganadoras, mas medidas em concreto nem vê-las, e, veja-se o estado em que se encontram os DIAPs um pouco por todo o País. Devem estar convencidos que somos todos dispensáveis e que é suficiente sermos trocados pelos avanços informáticos e tecnológicos, que resolverão todos os problemas.

A tão famigerada proposta de alteração ao EFJ nunca mais vê a luz do dia, havendo fundado receio do que aí vem relativamente aos pilares em que assenta a nossa carreira. Em desses pilares é a existência do COJ e a manutenção dum regime e estrutura de avaliação próprios para os oficiais de justiça.

É que o COJ para além de se pronunciar em matéria legislativa, funciona acima de tudo como um guardião para a nossa classe (mas também para a administração), na medida em que é o garante do cumprimento da legalidade estatutária, daí decorrendo um conjunto de direitos e obrigações que importa preservar num grupo profissional que se pretende nobre e de valor reconhecido. Pena é que este reconhecimento no atual momento não se traduza numa melhoria das condições dos oficiais de justiça.

Temos no entanto e de forma inequívoca que continuar a pugnar pela manutenção e revitalização do COJ como garante duma carreira de regime especial.

O trabalho desenvolvido ao longo deste mandato contribuiu para uma melhoria muito significativa do funcionamento do Órgão. Verificamos de facto resultados positivos no funcionamento enquanto Órgão, nos serviços inspetivos e na secretaria, o que está a permitir deliberar e responder às solicitações em tempo útil, mormente no plano de inspeções.

Tendo em conta que se avizinha a apresentação de uma nova proposta de alteração ao EFJ, para afastar qualquer pretensão do Governo de proceder a alterações substanciais na avaliação dos

oficiais de justiça, uma das respostas adequadas será uma votação massiva nas eleições do dia 23 de janeiro.

Uma fraca votação, pode dar o sinal de que não pretendemos defender o modelo atual e não nos importamos de ser chutados para um SIADAP ou coisa parecida.

Uma votação em massa, será sinónimo de que de forma acérrima pretendemos a manutenção do COJ e das suas atribuições.

Relembro que o último ato eleitoral teve uma participação muito significativa.

Relembro também que a nível legislativo o atual COJ rejeitou a anterior proposta do Governo de alterações ao Estatuto dos Funcionários Judiciais.

Por isso, não deixes de votar e vota bem.

Vota em quem pela experiência adquirida ao longo de anos tem um conhecimento profundo da realidade dos tribunais e das suas gentes e sempre se manteve fiel aos valores e princípios que devem nortear os oficiais de justiça.

**VOTA B**